



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo : Política Social, Seguridade Social e Proteção Social



Sufrimento Social um Fenômeno da Desapropriação das Condições de Vida

Gabriel da Silva Zapata ¹
Angela Cristina Lopes ²
Ana Patrícia Pires Nalesso³
Mariana Batista Silva⁴

Resumo: A contemporaneidade apresenta possibilidades para satisfação das necessidades e pauta a vivência da felicidade como meta. A classe trabalhadora envolta a esses ditames, se impossibilitada de acessar uma felicidade vinculada a ideia do consumo e vivencia um sofrimento social cada vez mais intenso com consequências avassaladoras sinalizando a importância da proteção social incorporar esse saber. Assim, o presente artigo tem como objetivo se aproximar da discussão teórica sobre sofrimento social. Para tanto apresenta uma revisão de referências sobre o tema que possibilitou apreender que as necessidades sociais se complexam na sociedade contemporânea e a sua satisfação se torna quase impossível causando sofrimento social

Palavras-chave: necessidades sociais, sofrimento social, ideal de felicidade

Abstract: Contemporary society presents possibilities for satisfying needs and prioritizes the pursuit of happiness as a goal. Working classes, subject to these dictates, are unable to access a happiness linked to the idea of consumption and experience increasingly intense social suffering with devastating consequences, highlighting the importance of social protection incorporating this knowledge. Thus, this article aims to approach the theoretical discussion on social suffering. To this end, it presents a review of references on the subject, which made it possible to perceive that social needs become more complex in contemporary society and their satisfaction becomes almost impossible, causing social suffering.

Keywords: social needs, social suffering, ideal of happiness

1. INTRODUÇÃO

A história das necessidades humanas está intrinsecamente ligada ao processo de evolução das sociedades humanas, mais precisamente a capacidade do homem em se apropriar da natureza. Desde os primeiros agrupamentos sociais, os seres humanos criaram e aperfeiçoaram instrumentos e conhecimentos com o objetivo de garantir sua sobrevivência e melhorar suas condições de vida.

A cada fase do desenvolvimento das forças produtivas novas necessidades são geradas e a desigualdade social inerente ao sistema capitalista estabelece um fosso entre aqueles que podem ou não ter acesso a bens e serviços para satisfazer suas necessidades que cada vez mais estão vinculadas a máquinas, produções tecnológicas que muitas vezes aparecem apartadas do próprio homem como a própria inteligência artificial.

Essa lógica, de distanciamento do humano chancela que só os mais privilegiados conseguem acesso e a capacidade de entender as novas tecnologias visto sua tamanha “grandiosidade”, mas isso é uma falácia, é pela mão do homem, do trabalhador, da



capacidade de pensar e criar dos seres humanos que toda essa tecnologia pode existir como assinala , MARX (2011, p.943) :

[...] A natureza não constroi máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automática etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada.[...]

Nesse sentido, entendemos que a tecnologia não é um fenômeno natural, mas a materialização da inteligência humana sobre a matéria bruta da natureza. Ao classificar máquinas e infraestruturas como "órgãos do cérebro criados pela mão", o autor enfatiza que essas ferramentas são o saber acumulado que ganharam corpo físico, funcionando como extensões da nossa vontade para dominar a natureza.

A discussão do acesso à tecnologia é só um ponto dentro do enorme campo de possibilidades de consumo na sociedade contemporânea. O consumo se apresenta como necessário para a formação de identidades e formação de pertencimento e esse processo de consumir teria o potencial de permitir a pessoas a serem felizes , ou seja, quanto mais você consome coisas boas melhor você se torna e mais feliz você será . Essa roda de busca do ideal de felicidades vem jogando muitos em situação de depressão, angústia e sentimento de despertencimento constante. Entre as classes mais desfavorecidas, isso se agrava, pois embora o senso comum entende que "pobre tem que comer" e "não deva se preocupar com bobagens" o acesso midiático e toda a construção da felicidade vinculado ao consumo, impacta a vida da classe trabalhadora que também passa a sofrer diante da impossibilidade real de consumir e portanto ser feliz.

Frente a essa dinâmica, o presente estudo busca se aproximar teoricamente da discussão de sofrimento social , por entender que hoje esse saber precisa ser incorporado no pensar das políticas protetivas. A dimensão do sofrimento perpassa toda a possibilidade de satisfação das necessidades da classe trabalhadora na busca de alcançar nosso objetivo, realizamos uma revisão de referências sobre a temática que apresentamos a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

A sociedade é permeada por contradições e desigualdades que impactam a todos. Toda a vida dos homens é composta por um conjunto de necessidades que podem ou não ser satisfeitas segundo a posição que o sujeito tem na estrutura da sociedade. Diante das necessidades, os homens se organizam para encontrar formas de supri-las. Ao longo da história, buscaram diferentes formas de atender às suas necessidades, gerando novas necessidades, o que fez emergirem novas formas de satisfazê-las, o que altera e complexifica cada vez mais esta relação entre a necessidade humana básica e a satisfação delas. A cada modo de produção a satisfação das necessidades está ligada às relações e forças políticas e



econômicas que são criadas e variam de acordo com as especificidades de cada modo de produção.

No momento atual do desenvolvimento das forças produtivas há a incansável, além da enorme desigualdade entre as classes, podemos destacar a busca pela satisfação das necessidades via consumo, o que esse gera insatisfação e sofrimento àqueles que não conseguem consumir o pretendido. Destacamos que muitas pessoas das classes médias e altas também se encontram insatisfeitas em estado de sofrimento, mas nesse trabalho nos importa olhar para a condição de sofrimento social da classe trabalhadora,

Nesse sentido, precisamos pontuar que as relações sociais se constroem a partir da forma como o homem organiza sua produção. Neste sentido podemos afirmar que as relações de produção influenciam a construção de ações, valores, estilos de vida em diferentes tempos históricos.

O sofrimento social vem se manifestando durante as civilizações desde os primórdios, diferentes autores apresentam uma perspectiva diferente a respeito do sofrimento e das causas que o ocasionam.

Esteves e Galvan (2006) associam o sofrimento social à questão da não satisfação de desejos materiais e ou de origem narcísica, desejos esses construídos em cada sociedade, e, portanto com contornos próprios de cada momento histórico e de cada organização societária, mas segundo os autores elementos sempre presente na humanidade:

Tanto na antiguidade quanto no mundo moderno apresentam-se grandes dificuldades sociais e econômicas que atingem os sujeitos de bom poder aquisitivo, bem como os que se situam em ambiente menos privilegiado. A população em geral se vê frente a perdas de limites no que se refere à obtenção de objetos com a finalidade de satisfazer necessidades que promovem o bem estar, que inclui aspectos físicos e emocionais. Neste ensejo estabelecem-se relações que levam em conta, acima de tudo, fatores relacionados à autoestima e ao narcisismo, que nem sempre são conquistados. Diante da impossibilidade de gratificação destas demandas desencadeiam-se frustrações uma vez que os objetos tão almejados e procurados não satisfazem. Consequentemente, surge sofrimento que se manifesta nas diversas condutas do cotidiano, e no afã sempre renovado de novos suprimentos. (pág., 128. Ano 2006).

A vida em sociedade pauta a projeção de aquisições de bens de consumo, e padrões de comportamento e aparência criando esperanças e expectativas em relação a padrões que devem ser alcançados, pressionando cotidianamente de forma cruel a vida e as experiências pessoais.

O não alcance desses padrões, a frustração dessas “esperanças”, gera em todo ser humano sofrimento social. Sendo o sofrimento parte constitutiva da vida do ser humano em sociedade, a questão é a exacerbação do sofrimento, que torna a vida insuportável. Segundo as autoras Lebate e Pereira (1998) “O sofrimento entra como elemento constitutivo da nossa existência e pode auxiliar na compreensão da vida, isto significa admitir também a realidade do sofrimento, a finitude da vida com a morte”. (pag19).



Segundo Gonçalves e Machado (2007) na Grécia antiga século V muitos pensadores compartilhavam o conhecimento de que disfunções de humor interferiam nas atividades cotidianas e na própria vida, possuindo uma visão que conecta o suicídio e suas tentativas a disfunções biológicas, tratando o sofrimento da sociedade de uma forma patológica, diante desta perspectiva do sofrimento ligado a patologia “A prática médica grega era baseada na teoria dos quatro humores, que considerava o temperamento como consequência dos quatro fluidos corporais: fleuma, bile amarela, sangue e bile negra”. (Gonçalves e Machado “depressão a doença do séc” pág, 298). Acreditando que a bile negra era o que causa o sofrimento do indivíduo, crendo que o excesso desta bile causava alterações de humor, tal como tristeza, melancolia, um abatimento sem explicação e o desejo de morte.

Como os gregos possuíam uma perspectiva em que o sofrimento era algo patológico, eles buscavam amenizar e tratar os indivíduos através de diálogos, não deixar as pessoas sozinhas e medicações via oral como ervas, para eliminar o excesso da bile, para que não cometam atos contra a própria vida.

Segundo Gonçalves e Machado (2007) essa perspectiva grega de se observar o sofrimento perdurou por volta de oito séculos, com a queda do Império Romano, se constitui um novo modo de produção dominante denominado sistema feudal, que foi conhecido do ponto de vista social como Idade das Trevas.

A Idade Média é marcada pela força política da igreja católica, onde se tem uma forte crença e as explicações sobre o sofrimento, desigualdade e as relações hierárquicas advêm da explicação do querer de Deus, e ou o seu afastamento dos ensinamentos divinos, em sua obra Santo Agostinho (1996) fala sobre o poder divino.

[...] Deus rodeia os bons para os animar, e a sua severidade castiga os maus para os corrigir. Aprouve à divina Providência dispor para a outra vida, para os bons, de bens de que os pecadores não gozarão, e para os ímpios, de males que não atormentarão os justos. Quis porém que estes bens e males temporais fossem comuns a todos, para que nem sejam procurados ansiosamente os bens que vemos também na posse dos maus, nem sejam evitados, como qualquer coisa de vergonhoso, os males de que também padecem frequentemente os bons. (Santo Agostinho, cidade de deus. Pagina, 118).

A culpabilização do indivíduo por se afastar dos ensinamentos da igreja e ir contra o divino, traz um ideal que os “pecadores” serão atormentados e ficarão expostos aos males. Labete e Pereira (1998) conceituam que:

[...] a principal fonte do sofrimento parece ter sido interna: foram as crenças e magias as facções étnicas e religiões culpabilizadoras, sempre aliadas ao medo, torturando a mente e a consciência no horizonte de valores eminentes. (pagina, 19).

A sociedade da época tinha uma visão voltada para o cristianismo e usavam do medo como uma forma de controle da sociedade, sendo a pressão para enquadrar a população no modo de produção, para que eles aceitam sua posição na sociedade feudal.

Segundo Gonçalves e Machado (2007) as relações de sociedade eram relações de



submissão onde todos os motivos se explicavam pelo querer divino, no qual o servo estava naquela condição pelo fato do poder divino, pois se o divino quisesse que ele se tornasse guerreiro ou dono de terras ele teria que ter nascido guerreiro ou dono de terras. Essa formação da sociedade feudal os mantinha sob condições de miséria extrema, vivendo somente para trabalhar para os senhores dos feudos.

O sofrimento por não ter condições de sobrevivência e não terem perspectiva de vida na sociedade feudal é colocado como todos podem se abater com os males, mas Deus os concede os bons para não se abater aos males. Como Santo Agostinho (1996) coloca.

[...] o homem bom nem se envaidece com os bens temporais, nem se deixa abater com os males. Pelo contrário, o homem mau sofre na infelicidade, porque se corrompe na felicidade. Mas é na distribuição de bens e de males que Deus mais vezes patenteia a sua intervenção. De facto, se ele desde já castigasse qualquer pecado com penas manifestas, julgar-se-ia que nada reserva para o ultimo juízo. (pagina 118).

Este se corromper na felicidade é colocado como intervenção de Deus na vida humana, castigando de forma de enfermos os “pecadores” e que todos serão julgados no “juízo final”. A partir deste ponto vista mostra que, esta pressão da sociedade para manter nos ensinamentos da igreja, causa um sofrimento social no indivíduo para ele se adequar no cotidiano feudal.

A vida sendo uma constante de medo e dor, onde o suor do trabalho nos feudos ficava a grande maioria para os donos da terra, aqueles que viviam aos redores dos muros e tiravam o seu sustento da troca ou da venda de mercadorias foram ganhando espaço e se tornando comércios. Intensificação do comércio de vida feudal típico da idade média já não atende as necessidades da sociedade nascente, a sociedade capitalista então vai se estruturar estabelecendo um novo padrão de relação social. Segundo Marx e Engels(1998).

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” [...] (MARX E ENGELS, pag 42).

A sociedade passou a alcançar um patamar de poder político e dos meios de produção, transformando as relações de sociabilidade do cotidiano feudal. Promovendo a suspensão do dos complexos laços que envolvem o indivíduo em relação à submissão ao poder divino, tomando a comercialização como a base na sua vivência.

O avanço da comercialização e o modo burguês de produção ganhou grande espaço para se alcançar a chamada civilização, transformando o mundo na sua sociabilidade burguesa. Criando um êxodo rural, concentrando a população nas cidades e criando grandes centros urbanos, em consequência desta grande concentração populacional,

As condições de existência da velha sociedade já estão destruídas nas condições do proletariado. O proletariado não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos já nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletariado de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele meros preconceitos



burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses. (Marx, Engels; manifesto comunista. Pag.49).

A sociedade burguesa é uma sociedade interesses onde a acumulação de capital é algo que mobiliza e motiva as relações sociais e de trabalho, com isso o trabalhador não possui as mesmas condições de um indivíduo considerado burguês, pois está acumulação do capital faz com que as suas relações sociais se tornem distintas, e a visão da sociedade diferente. Partindo da leitura de Werlang e Mendes(2013) podemos notar que a relação trabalho e ser humano é uma relação que interfere em todas as camadas sociais.

Como vimos até aqui contextualizando os períodos históricos o sofrimento é ligado com a falta de saúde do ser humano, e muitas vezes colocado como questão de fé, não é de forma geral associado às condições de vida, o olhar sobre o sofrimento e suas causas sobre caem de maneira geral no indivíduo, desaparecendo a dimensão da influência da sociedade na vida dos seres humanos. Essa perspectiva não considera o que aqui tentamos mostrar que o sofrimento social está diretamente ligado às condições sociais.

Na sociedade tardo burguesa há uma forma específica de produzir, o mundo trabalho e as relações sociais se modificam

Partindo desta relação da sociedade tardo burguesa podemos notar que o sofrimento social é ligado a estrutura social e suas expressões na vida. Mostrando que há uma fragilidade na sociedade, sendo criada a expectativa de autonomia e as frustrações que podem levar o indivíduo, e a sociedade sempre cobra padrões e ajustamentos. Porém, a sociedade não condiciona a igualdade na maioria das vezes e podemos observar que ela cobra a disputa entre si e competições com seus semelhantes para a sobrevivência e vivência em sociedade.

Este movimento que a sociedade vem passando é vital para a estrutura do modo capitalista. O sofrimento passa a ser interiorizado, passa ser ligado ao com a relação do trabalho e sua estrutura social, e partindo destas movimentações da sociedade e suas transformações que a pós-modernidade proporciona.

A partir da sociedade da década de setenta, ganha grande visibilidade segundo Netto (1996), pois com o fim do capital monopolista que busca novas alternativas de se manter diante a crise, se tem a ressecção dos padrões colocados no pós-guerra como o *Welfare State*. Surgiu então um novo padrão colocado pelo capital, de acumulação “flexível”.

Numa angulação macroscópica, a “flexibilização” vem sendo perseguida pelo grande capital, hipertrofiando as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais automatizadas de controles estatais-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada – “a fabrica difusa” -, que é estimulada em vários ramos, propicia a uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos polos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão. (NETTO, 1996. Pag 91).

Esta globalização da economia trouxe para o cenário político mundial uma



competitividade para conseguir mercados e garantir um alto índice de lucros nas grandes corporações. Sendo esta globalização implicado drasticamente nas relações de trabalho e sociedade, aumentando a força de trabalho excedentária.

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação “flexível”, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/ incluídos, seja introduzido novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). (NETTO, 1996. Pag 92).

As relações de trabalho são baseadas na inserção e exclusão dos indivíduos, essas modalidades flexibilizam as relações de emprego. Como o assalariamento na sociedade é vital para a sobrevivência humana, a falta de inserção no mercado formal de trabalho, torna os indivíduos parte de uma parcela excluída de alguns direitos.

Trazendo uma nova estrutura determinante para a sociedade. O movimento de culpabilizar o indivíduo se torna algo mais visível na sociedade. Como podemos observar que o enfrentamento do sofrimento social começa a ser evidenciado na sociedade.

A nova conjuntura apresentaria situações novas, inéditas que seria preciso enfrentar. Tais transformações não raras vezes fazem com que o indivíduo seja responsabilizado pelo seu destino, por sua própria sobrevivência. Pode-se dizer que se encontra em curso um movimento de descoletivização das proteções e das perspectivas e, paralelamente, de responsabilização do indivíduo no que concerne, especificamente, ao trabalho. Desta maneira, o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, ou seja, relaciona-se à autonomização da existência enquanto norma social de uma sociedade que não oferece as garantias para que esta mesma autonomização se dê. Não há mais suportes institucionais, não há proteções formais. Assim, as fragilidades individuais, nascidas das exigências sociais de autonomia e de realização, se dariam em uma configuração social que, paradoxalmente, desinstitucionaliza e privatiza a atividade social de maneira geral. É neste contexto que o indivíduo deve permear, se localizar, viver e sobreviver.(Werlang e mendes pagina 753).

Transformação esta que se inicia o processo de Estado mínimo e passa a responsabilidade na sociedade civil, perde o caráter do coletivo e o indivíduo se vê sozinho para enfrentar os problemas estruturais da sociedade.

Onde se desqualifica a esfera pública universal, sendo os privilégios adquiridos a um indivíduo, e a garantia da à diferença se impõe abstrata e arbitrariamente.

A partir do contexto ao qual a sociedade está, o sofrimento social pesa de forma distinta na vida humana trazendo um caráter de desproteção e falta de amparo da estrutura social, mostrando assim suas fragilidades. A partir de Werlang e Mendes (2013) nota-se que:

Contudo, este contexto traz implicações, uma vez que a modernidade trouxe ao centro o indivíduo e lhe diz: és livre, és autônomo, és responsável, mas, ao mesmo tempo, retira as sustentações sociais e os dispositivos de formação desse mesmo indivíduo. Configura-se, assim, um contexto de vulnerabilidade, uma vulnerabilidade endógena, inerente



à própria configuração social. É aí que o sofrimento social brota, dessa situação paradoxal, resultante de uma autonomia obrigada ao indivíduo, sem suportes socialmente disponíveis. Como bem afirma Soulet, ao referir-se às expressões de sofrimento social, não importa se as formas extremas de sofrimento social, como o suicídio, se manifestam dentro dos teatros ou se exacerbam em um agir sobre o mundo, dentro da família ou no espaço do trabalho: ele se constitui em um efeito de nossa configuração social. Então, a origem do sofrimento social estaria articulada a uma configuração social determinada. (Werlang; Mendes. Pag.753-754).

O mercado de trabalho passa exigir que se tivesse melhores qualificações, fomentando a competitividade e a produção, pois proporcionam poucos campos de trabalho, pois o trabalho vivo estava sendo substituído por máquinas. De acordo com MARX (2001), esse capital coloca os trabalhadores contra seus semelhantes é uma estratégia de quem detém o capital.

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. (manifesto comunista. Pag 8).

Essa essência da burguesia e esses vínculos sociais relacionados ao trabalho fazem com que o capital invista na mão de obra qualificada mas que tenha qualificação, e não somente qualificada mas também trazendo o trabalho polivalente, pois se tem o medo de perder seus postos de trabalho, para não ser um excluído que nem os trabalhadores que não são mão de obra qualificada.

A exigência crescente, em amplos níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente (coexistindo com a desqualificação analisada por Braverman, 1987), bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes (que colidem com o privilégio do comando do capital), coroa aquela radical reestruturação – reestruturação que, das “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente seja sobre o elemento feminino que se tornou componente essencial da força de trabalho, seja sobre os estratos mais jovens que a constituem, sem esquecer os imigrantes que, nos países desenvolvidos, fazem o trabalho sujo. (NETTO, 1996. Pag 92).

Tais exigências de qualificação e o constante medo de perder seus postos de trabalho faz com que os seres humanos se encaixem em padrões pré-estabelecidos, como exige enquadramentos e a pressão que cria em volta da meritocracia e a competição entre si.

Essas transformações de nível social são fortes, fazendo que se modifiquem não somente a vida do ser humano, mas também o espaço geográfico em si, tal como o êxodo rural e o aumento da população urbana e aumento dos espaços acadêmicos.

A exploração do capital exige que diferentes classes sociais se organizem, se enquadrem e se torne mão de obra, indiferente de gênero, bastando somente ser capacitado para o capital. A respeito das relações que permeiam o trabalho e o sofrimento social podemos observar que:



[...] certas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal. A hipótese desenvolvida é a de que este sofrimento não tem visibilidade; ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente. (Teresa Cristina Careteiro, pag,59-60).

Como o sofrimento social é tratado como um tabu, pouco se fala dele na esfera social, e nas suas relações de sociabilidade. Não reconhecendo que a sociedade influencia e cria esses estigmas em volta do ser humano.

Sendo um efeito da pós-modernidade, os elementos globais incorporam uma nova identificação social, ao quais grupos que se identificam e sabem que são diferentes e que possuem condições diferentes, sobre outros grupos como NETTO (1996), pontua “[...] erodi os sistemas de constituídos de vinculação e inserção social. Não é um acidente, pois, que grupos, categorias e segmentos sociais se empenhem na construção de “novas identidades” culturais [...]”.

Isso acaba possibilitando que esta dor se alastre conforme a sociedade vai excluindo o indivíduo e não deixando espaço para o indivíduo desenvolver sua vida. A respeito disso, Werlang e Mendes falam que.

Contradições que ganham contornos difíceis de serem delineados, conformando espaços de exclusão e afetando a vida das pessoas em todas as suas faces. O sofrimento vai ganhando forma: a forma das estruturas sociais violentas, geradoras da precariedade em todas as suas dimensões. Aos efeitos da precariedade sobre aqueles por ela afetados acrescentam-se os efeitos sobre todos que parecem ser poupados. “Ela nunca se deixa esquecer; está presente em todos os momentos, em todos os cérebros.” (Werlang; Mendes. Pag.747).

Ganhando uma forma cada vez mais individualista, onde o indivíduo supera a sociedade, perdendo-se a ação coletiva e universal como Netto (1996), diz que essas novas identidades são a incorporação /consagração de expressões particularistas. Sendo voltado para a sociedade de consumo onde os objetos possuem valores abstratos.

Vimos que o sofrimento social pode colocar desafios insuperáveis na vida humana e um sofrimento de dor avassaladora, que pode significar que o sujeito só tem uma opção para deixar de viver, que sua existência não é significante.

A população mais pobre vivencia todo o tipo de privação material e de elementos como humilhação e isso vai forjando vidas, desesperanças e quem sabe até revolta. Mas com certeza a população que busca por proteção social precisa mais que acesso a bens materiais, precisa ser atendida enquanto sujeito do seu processo histórico, precisa receber proteção também na dimensão do fortalecimento do sujeito em sociedade, do resgate de vínculos e na construção de sua identidade a partir de sua própria história e da possibilidade de superação de sua condição de subalterno.

3.CONCLUSÃO



A sociedade contemporânea forja a possibilidade do consumo para satisfação de todas as necessidades. A busca pela felicidade vai sendo moldada enquanto possibilidade a partir do consumo.

Esse contexto gera um grande sofrimento, que não tem origem necessariamente em questões psíquicas, biológicas, mas sim na impossibilidade da satisfação de necessidades complexas pela dinâmica da sociedade capitalista contemporânea.

As famílias da classe trabalhadora que não conseguem acesso a renda suficiente para satisfazer suas necessidades estão mais suscetíveis ao sofrimento social o que certamente impacta suas vidas e no que tange a proteção social exige novos formatos, novos estudos para que esse elemento “sofrimento social” seja considerado nos serviços prestados.

4.REFERÊNCIA

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade, n. 111, 2012.

AGOSTINHO, Santo. Cidade de Deus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

BOTEGA, Neury José et al. Prevenção do comportamento suicida. Revista Psico. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 213-220. Set./Dez., 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161562>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2026.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. Psicologia USP. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 57-72. 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a06.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro de 2026.

ESTEBAN, Fernanda Cavalcante; GALVAN, Alda Luiza. Depressão numa contextualização contemporânea. Aletheia. Canoas, n. 24, p. 127-135. Jul./Dez.,2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n24/n24a12.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro de 2026.

GONÇALES, Cintia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. Depressão o mal do século: de que século? R. Enferm. UERJ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2. P. 298-304. Abr./Jun., 2007. Disponível em: facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a22.pdf. Acesso em: 12



fevereiro de 2026.

LABATE, Renata Curi; PEREIRA, Maria Alice. Dor, sofrimento, morte e cuidado a saúde. Cogitare Enfermagem. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 19-22. Jul./Dez., 1998.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44322>. Acesso em: 12 fevereiro 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 50, 1996.